

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



DEBATE SOBRE OPRESSÕES NO CONTEXTO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

Katiane Moraes da Silva¹

Diogo Márcio Gonçalves dos Santos²

Elvira Simões Barretto³

RESUMO

Propõe-se um debate acerca da importância da temática das opressões para o fortalecimento do projeto ético-político do serviço social. Realiza-se um rastreamento histórico das lutas e conquistas da profissão que chega ao ápice ao aproximar-se do pensamento crítico de Marx. Detecta-se o alcance da solidez teórica, ético-política e técnico operativa conformando um fundamentado arcabouço a dar suporte a uma ação profissional e investigativa coerente e comprometida com o enfrentamento da exploração econômica e das opressões de gênero, raça e sexualidade, em vista a um projeto societário para além do capital

Palavras-chave: Serviço Social; Projeto Ético-Político; Opressões.

ABSTRACT

A debate is proposed on the importance of the subject of oppressions for strengthening the ethical-political project of social work. Is carried out a historical tracking of the struggles and achievements of the profession, reaching the apex when approaching Marx's critical thinking. The scope of theoretical, ethical-political and technical-operative soundness is detected, forming a well-founded framework to support professional and investigative action that is coherent and committed to confronting economic exploitation and gender, race and sexuality oppression, with a view to a non-capitalist Project.

Keywords: Social work; Ethical-Political Project; Oppression

¹ Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. katiane-moraes@hotmail.com

² UFAL. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social UFAL. diogomarcio.dm@gmail.com

³ UFAL. /Pós-doutorado em Direitos Humanos pela Universidad de Salamanca, docente do PPGSS/ Faculdade de Serviço Social UFAL. elvira.barretto@fssso.ufal.br

PROMOÇÃO



1. INTRODUÇÃO

É factual que o Projeto Ético Político (PEP) do Serviço Social é permeado por desafios e contradições desde sua origem, ao surgir em meio a um cenário de grande avanço das lutas democráticas, haja vista uma conjuntura ditatorial de longos anos.

Concomitantemente, a sociedade brasileira se deparava com o avanço da ofensiva neoliberal, cujo receituário passou a ser implementado a partir da década de 1990. Nesse contexto, há que considerar o cenário em que surge o PEP, os desafios que comprometem sua efetiva consolidação e as consequências colocadas aos/às Assistentes Sociais comprometidos/as com o fim da exploração econômica e opressões gênero, raça e sexualidade, ou seja, uma sociedade emancipada.

Boschetti bem ilustra tais propósitos quando afirma que

[...] a relação e o vínculo entre os princípios e valores do nosso Projeto Ético-Político profissional e as ações necessárias para sua consolidação cotidiana requerem a desmistificação dos direitos e da cidadania burguesa e a real compreensão das suas dimensões e significado na sociabilidade capitalista; a firme disposição política, teórica e ideológica para assumir e participar das lutas da classe trabalhadora e para se colocar contra todas as formas de supressão de direitos e contra todas as formas de exploração econômica e opressão de gênero, geração, etnia, orientação sexual; a identificação das condições objetivas e subjetivas determinantes das relações sociais em cada contexto histórico e a capacidade de explorar suas contradições com vistas a defender, intransigentemente, os direitos da classe trabalhadora (BOSCHETTI, 2017, p.71).

A problematização dessa temática advém das atividades desenvolvidas pelo corpo docente e discente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS), da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), e de outras ações realizadas pela Faculdade de Serviço Social, da UFAL nos últimos anos.

O estudo propõe um debate acerca da importância da questão das opressões de gênero, raça e sexualidade no contexto da exploração econômica capitalista para o fortalecimento do PEP, com o pressuposto de que o enfrentamento a tais



opressões é parte constitutiva do compromisso Ético Político do/a assistente social ao vislumbrar outro projeto societário.

Para consecução da proposta segue-se com um breve resgate do processo de construção do projeto ético-político do serviço social brasileiro e os desafios enfrentados pela categoria, no contexto de agravamento da crise estrutural do capital e de aprofundamento do conservadorismo com matiz neofascista, na atualidade; até chegar na abordagem acerca da importância da discussão das opressões como parte constitutiva do projeto ético-político, comprovada pela atuação das entidades profissionais que reconhecem a importância do debate investindo e divulgando materiais sobre a temática.

2. DA CONSTRUÇÃO AOS DESAFIOS PARA EFETIVIZAÇÃO DO PEP

Segundo Mota e Amaral (2009), que pese a denominação - Projeto Ético Político Profissional – seja datada nos anos de 1990, o seu sentido e ideário podem ser identificados já na década de 1970, mediante algumas proposições do Movimento de Reconceituação e, de forma emblemática, no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), quando a categoria profissional, em um movimento de rebeldia política, declara sua organicidade aos interesses do projeto da classe trabalhadora.

Para Abramides (2019), o Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social brasileiro incorpora a profissão no processo histórico, o qual encontra-se no âmbito das relações sociais entre as classes e suas frações, bem como, delas com o Estado. O referencial teórico do legado marxiano e da tradição marxista foi essencial para direcionar a Intenção de Ruptura da profissão ao seu legado conservador.

Assim, foi ao longo dos anos 1980 e 1990 depara-se com um forte movimento organizativo e político do Serviço Social brasileiro que de fato se constituiu o que hoje conhecemos como Projeto Profissional do Serviço Social. Esse

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



momento histórico coincide com o período em que as contradições da sociedade do capital se acirram, tendo em vista a crise estrutural e as respostas para solucioná-la aliadas; e o conjunto de processos históricos que ocorrem no período supramencionado, a exemplo da queda do Muro de Berlim e o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Diante desse contexto de ameaças às políticas sociais, as condições de trabalho dos/as assistentes sociais também são fortemente impactadas. Experimenta-se profundo acirramento das medidas neoliberais rebatendo no acesso a serviços públicos ofertados pelo Estado, como também, nas relações de trabalho propostas pelo Projeto Ético Político da Profissão.

Como já dizia Iamamoto e Carvalho (1985), a atuação do/a assistente social é necessariamente polarizada pelos interesses de classes, tendendo a ser cooptada pelos que tem uma posição dominante. Dessa forma, entendendo que o Serviço Social nasce atrelado a esse antagonismo, não se pode pensar a profissão no processo de reprodução das relações sociais independente das organizações institucionais a que se vincula, como se a atividade profissional se encerrasse em si mesma e seus efeitos sociais derivassem, exclusivamente, da atuação profissional.

Desta forma, nota-se que, com o agravamento da crise, acentuam-se as expressões da “questão social⁴”, tanto em âmbito nacional quanto mundial, tendo em vista que esse contexto de ameaças às políticas sociais e às condições de trabalho dos/as assistentes sociais são fortemente impactadas, pois diante do profundo acirramento das medidas do binômio neoliberalismo - administração flexível (ANTUNES 2009).

É somente quando a crise da autocracia burguesa se evidencia, com a reinserção da classe operária na cena política brasileira, que ela transcende os pequenos grupos acadêmicos de discussões. Nesse contexto, Netto ressalta que,

⁴ “[...] a questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia [...]” (IAMAMOTO *apud* NETTO, 2007, p.17).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



[...] a principal conquista da Reconceituação foi que o profissional de Serviço Social começou a recusa, a atuação como mero agente técnico (mero executor de políticas sociais). Valorizando funções profissionais voltados para o aprofundamento teórico e intelectual do assistente social. Abrindo via para inserção da pesquisa como atributo também do Serviço Social (NETTO, 2005).

Foi nesse cenário que o Projeto Profissional do Serviço Social brasileiro foi gestado, no contexto do movimento de luta pela democratização da sociedade e do Estado, cujos sujeitos políticos foram os trabalhadores organizados, responsáveis por impulsionar a crise da ditadura militar. Essa configuração social e política faz parte do arsenal de novas condições que o processo conjuntural da ordem burguesa trouxe para profissão. O Movimento de Reconceituação, embora tenha sido um processo incluso, foi transitório e permitiu uma aproximação com a teoria social crítica.

As lutas sindicais e de outras formas de organização da classe trabalhadora, que exigiam o fim da Ditadura Empresarial Militar, constituíram-se num forte movimento político-organizativo da profissão, de tal modo que a partir desta organização em encontros anuais, assim como na inserção do Serviço Social no ambiente acadêmico (cursos de pós-graduação), surgiu à nova direção política do PEP, conduzindo os/as assistentes sociais para uma atuação empenhada com a emancipação humana.

Para tanto, a realidade está sempre exigindo que os/as assistentes sociais, conforme o compromisso assumido no Código de Ética de 1993, se posicionem em defesa da classe trabalhadora, validando os princípios fundamentais da profissão. Sobre isso Barroco e Terra (2012) não deixam dúvidas, o Serviço Social se encontra totalmente comprometido no processo de ampliação e consolidação da cidadania, mediado pelo conflito capital e trabalho e pelos reflexos da reprodução da desigualdade, presentes nos espaços sócio-ocupacionais portanto, o assistente social deve se comprometer com garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras.

Apesar da hegemonia da direção teórica crítica desse projeto profissional, o conservadorismo continua latentes, a considerar a realidade brasileira com a

PROMOÇÃO



APOIO



precarização do trabalho das/os assistentes sociais; descompromisso e falta de identificação com o devir de um projeto societário não capitalista, além da proliferação da formação profissional a distância carregada de precariedade em todos os sentidos, entre outros aspectos.

Atualmente, as bases legais que orientam institucionalmente a profissão - o Código de Ética Profissional de 1993 (atualizado em 2011), a Lei de Regulamentação da Profissão de 1993 e as Diretrizes Curriculares de 1996 - possibilitam o desenvolvimento progressivo do Projeto Político da Profissão no plano teórico, ético e ideopolítico. Porém, tal Projeto não se constitui de maneira linear, assim, a unidade teórico-metodológica e ético-político profissional, apresenta distintas interpretações, trazendo para debate o já mencionado pluralismo. Vale destacar que algumas dessas diferentes concepções acerca do Serviço Social (em contradição com o PEP) traçam descaminhos ancorados no conservadorismo e que devem ser reiteradamente combatidas pela categoria (ABRAMIDES, 2019).

Desta forma, os inúmeros desafios postos à implementação do Projeto Profissional crítico, exige dos/as profissionais de Serviço Social um esforço contínuo de atualização do conhecimento teórico, conhecimento do cenário político, econômico e social, a fim de que sua intervenção não seja imediatista, mas provida de uma reflexão na perspectiva da totalidade⁵. Em outras palavras, para enfrentar tais desafios, precisa-se, mais do que nunca, apreender as situações concretas do cotidiano profissional, buscando-se sua compreensão na totalidade; para tanto, é importante um constante aprimoramento intelectual, político e ético, na direção das balizas assinaladas na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei no 8.662/93) e no Código de Ética de 1993, até então em vigor. Para Mota e Amaral (2009, p. 56),

Atentos aos limites de uma ação político-profissional, consideramos que o Serviço Social brasileiro, diferentemente de outros países latino-americanos, não se restringiu ao atendimento das demandas prático-operativas, mas,

⁵ “Não é o predomínio de motivos econômicos na explicação da história que distingue de maneira decisiva o marxismo da ciência burguesa, mas o **ponto de vista da totalidade**. A categoria da totalidade, o domínio universal e determinante do todo sobre as partes constitui a essência do método que Marx recebeu de Hegel e transformou de maneira original no fundamento de uma ciência inteiramente nova” (LUKÁCS, 2003, p. 105, em negrito nosso).

sem negá-los, avança em tempos de crise, construindo referências teórico-metodológicas que abordam a complexa relação entre a luta pela emancipação política e o horizonte da emancipação humana.

Abramides (2019), destaca que a realidade do século XXI não é a mesma do período em que o PEP foi gestado. O quadro histórico desse período, que é permeado pelo neoconservadorismo, põe a necessidade de um *quadro mobilizador coletivo* (termo utilizado por Netto, 2016 apud Abramides, 2019, grifo da autora), e a necessidade de incluir os estudantes dos cursos à distância nesse debate. Diante disso, a autora traz o seguinte questionamento

[...] como trazer esse contingente de profissionais para a perspectiva hegemônica construída e consolidada, considerando sua formação e condição de assalariamento, como trabalhadores e se somarem ao PEP? Estou convencida de que temos de enfrentar esse *desafio mobilizador na necessidade, “de insistir em um forte investimento na pesquisa e na elaboração conducentes a uma nova história é mais que necessário”* (NETTO, 2016, p. 68, grifos nossos), reafirmando o PEP e enfrentando os desafios que aí estão e outros que virão para que nosso projeto tenha futuro (ABRAMIDES, 2019, p. 263).

Com isso, podemos dizer que Projeto Profissional apreendido como processo de ruptura ao conservadorismo, tendo por base a tradição marxista, vincula-se ao projeto societário emancipatório, que visa uma sociedade livre de exploração econômica, de opressões e de preconceitos.

3. AS OPRESSÕES NO CONTEXTO DO PROJETO ÉTICO POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL

Como visto, o projeto profissional, norteador da atuação de assistentes sociais, assume claramente o compromisso intransigente com os direitos da classe trabalhadora transversalizada por gênero, raça e diversidade sexual. Mais precisamente, os princípios definidos pelo Código de Ética Profissional de 1993 constam, entre os quais, o compromisso com a luta de diversas manifestações das opressões no contexto capitalista, tais como:

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;

[...]

XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física (CFESS, 2012a, p. 23-24)

Parte-se do entendimento de que é condição *sine qua non* para o capitalismo a extração máxima de lucro pela exploração do trabalho, desde a “chamada acumulação primitiva” (MARX, 2013, p.33) com cercamentos de terra, alastramento da violência, da constituição da mão de obra livre assalariada, na Europa. Entretanto, é muito pouco reconhecida a fundamental importância do trabalho não remunerado desempenhado pelas mulheres trabalhadoras, em particular as remanescentes da escravização, ao desenvolvimento capitalista (FEDERICI, 2017).

O trabalho não remunerado das mulheres é pilar da acumulação capitalista (MIES, 2019). Outro aspecto a salientar, diz respeito à moral sexual heteronormativa instituída na ordem burguesa, pois pouco interessa à burguesia dominante as formas de relacionamento amoroso que não assegure a produção de força de trabalho (procriação).

Em outras palavras, as sociedades capitalistas se mantêm por meio da cultura judaico-cristã e patriarcal⁶, racista, tal como a brasileira, que é balizada por um modelo referencial de organização sócio-ideológica e político-econômica, a do homem (*gênero*), branco (*raça/etnia*), burguês (*classe social*) e heterossexual (BARRETTO, 2008).

Almeida (2013), por sua vez, assente que o processo de emancipação humana requer a superação da propriedade privada juntamente com fim do sistema de opressão na vida social e, essa compreensão crítica, demanda uma perspectiva histórica e de totalidade. Outrossim, esse entendimento é de suma importância para a consolidação do projeto-político profissional do serviço social no sentido de

⁶ Heilborn (1991 apud BARRETTO, 2008) postula a existência de um eixo organizador das sociedades herdeiras da cultura judaico-cristã, que é o complexo simbólico honra-vergonha, que subsidia o senso comum com a ideia de prestígio e extremado poder masculinos, cujo exercício está na centralidade da moral e controle femininos.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



garantir a coerência ético-política das/os assistentes sociais no seu cotidiano de atuação.

Além do que, conforme Bonfim (2019), é requerido, dentre outros fatores, considerar o processo de produção e reprodução de valores de uma determinada sociedade, demandando uma apreensão do caráter ontológico do ser social, da centralidade do trabalho no mundo dos seres humanos e da constituição da moralidade brasileira.

Nos últimos anos, é patente a agudização da questão social e seus reflexos no Serviço Social brasileiro, pois “[...] tendências (ultra) conservadoras parecem adensarem-se na profissão, caracterizando a articulação entre projetos profissionais e societários permeados por valores distintos e até divergentes daqueles que o fundamentam” (FORTI; VALLE; MAURICIO, 2021 p. 25).

Para Bonfim (2019), a formação social brasileira é constituída pelo atendimento às necessidades do mercado externo e pela ausência da ruptura do estatuto colonial. A junção desses fatores constitui uma sociedade na qual a burguesia não assumiu papel revolucionário, seja no rompimento do monopólio da terra ou no exercício de suas tarefas nacionais, no contexto do desenvolvimento tardio das relações capitalistas.

Nessa conjuntura, as relações autoritárias se constituem como parte da formação social dos sujeitos, em um cenário de violências moldadas ao longo do tempo para se adequar a cada período da formação social brasileira (BOMFIM, 2019), de acordo com as demandas do capital dependente.

As expressões de tal autoritarismo, patriarcal, racista, classista, na contemporaneidade, se apresentam, por exemplo, na oposição às cotas raciais, à legalização do aborto, ao casamento LGBTQIAPN+.

As entidades de representação da profissão têm se mobilizado para promover o enfrentamento das distintas opressões, investindo no fortalecimento da formação e do exercício profissional na área do Serviço Social e trazendo para a

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



categoria o debate no contexto das diversas expressões da questão social que enfrentamos na contemporaneidade.

Conforme Silva Almeida (CRESS RJ, 2013b), a história das entidades da categoria na luta contra o preconceito e a discriminação foi assumida na agenda política a partir de iniciativas locais ou regionais ao final da década de 1980. A autora destaca que, no eixo Rio-São Paulo, a inserção de assistentes sociais na militância partidária de movimentos feministas ou movimento negro fez com que ressurgissem novas demandas e desafios para a profissão, naquela conjuntura, visando à construção de ações para o combate às discriminações de gênero e raça.

Cabe destacar, neste processo, a iniciativa pioneira do CRESS 7ª Região pela criação em 2000 da Comissão de Gênero e Etnia, hoje denominada Comissão de Gênero, Etnia e Diversidade Sexual (GEDS) que, ao longo de 13 anos, tem agregado profissionais da base da categoria para discussões importantes sobre a diversidade humana (mulher, negros, indígenas, população LGBT, dentre outros) e direitos humanos (CFESS RJ, 2013b, p. 144).

Em âmbito nacional, o CFESS Manifesta (CFESS, 2012b), no Seminário Nacional de Serviço Social e Direitos Humanos, aponta que a temática sobre a diversidade passou a ter a repercussão pelo conjunto CFESS-CRESS, no final da década de 1990.

O CFESS, desde então, cumpre um importante papel articulador/coordenador do debate ético profissional, coordenado pela Comissão de Ética e Direitos Humanos, que tem sido fundamental para a discussão/proposição/intervenção no âmbito da ética. Essa comissão incorporou a questão dos Direitos Humanos, a partir da gestão “Brasil, mostra a tua cara” (1999/2002), em decorrência do aprofundamento das discussões no interior da entidade, que apontavam a necessidade de aprofundamento da concepção de Direitos Humanos. Assim, construímos uma compreensão de Direitos Humanos, a partir do entendimento de que, no contexto da estrutura de organização do trabalho em comissões, a questão ética e direitos humanos, numa perspectiva crítica à lógica liberal, não deveria estar subordinada a nenhuma comissão em especial, mas a todas as comissões devendo ser incorporada e vivenciada como eixo e mediação do projeto que se objetiva em diversas frentes [...] (CFESS, 2012b, p. 1-2).

Cisne (2015) afirma que as questões de gênero se tornam imprescindível para o Serviço Social, e que é preciso unir a luta das mulheres à luta de classe,

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



visto que é da contradição de classes que emergem as desigualdades, opressões e explorações que marcam a vida das mulheres trabalhadoras.

Além disso, “o combate ao racismo, ao preconceito e à discriminação étnico-racial exige, na mesma medida, o combate à sociedade de classes [...]” (EURICO, 2018, p. 528), pois essas formas de opressões se articulam com outras impactando as condições de vida da classe trabalhadora em suas particularidades.

Assim sendo, essa discussão aponta para uma outra forma de sociabilidade, cujo projeto de sociedade pressupõe a eliminação de qualquer forma de violência. Por isso, as entidades da profissão têm executado ações (como pode ser observado nos próximos parágrafos) para evidenciar a importância dessa pauta.

A discussão etnicorracial foi temática do conjunto CFESS-CRESS nos últimos anos, por meio da campanha “Assistentes Sociais no Combate ao Racismo”, entre 2018 a 2020, e da nota técnica sobre “o trabalho de assistentes sociais e a coleta do quesito Raça/Cor/Etnia”. A ABEPSS publicou o documento “Subsídios para o debate sobre a questão Étnico-Racial na Formação em Serviço Social” e lançou a plataforma Antirracista, para auxiliar o corpo docente e discente do Serviço Social sobre essa temática na formação.

O debate sobre gênero e sexualidade foram temas do conjunto CFESS-CRESS através da publicação “Assistente Social no Combate ao Preconceito” (o caderno 4 que trata sobre a transfobia e o caderno 6 aborda sobre o machismo), da nota técnica “A importância ética do trabalho de assistentes sociais nas diferentes políticas públicas para a garantia do direito à vida das mulheres e para a materialização do direito ao aborto legal” e das “orientações para o atendimento de pessoas Trans”; Enquanto que, a ABEPSS utilizou o projeto ABEPSS Itinerante, com a temática “Ética e Direitos Humanos: elementos para a crítica ao conservadorismo”, para tratar da diversidade humana.

Além disso, Silva (2022) aponta que os documentos do CFESS apresentam o combate ao machismo e à heteronormatividade, por meio de resoluções acerca do

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



enfrentamento à desigualdade de gênero e à discriminação da população LGBTQIAPN+.

As ações desenvolvidas pelas entidades da profissão são essenciais, porque “é no espaço da vida cotidiana que as práticas reiterativas, repetitivas, espontaneístas e imediatistas reproduzem modos de vida próprios a uma realidade social alienada e alienante como a que é particular à sociedade burguesa” (CRESS RJ, 2013a, p. 102). Por isso, elas se constituem como instrumentos utilizados por assistentes sociais para suspender a vida cotidiana, para ultrapassar os processos institucionais de acesso aos direitos sociais.

De acordo com Teixeira de Almeida (CRESS RJ, 2013a), a ação profissional precisa analisar as condições socioinstitucionais sobre as quais ela se realiza como integrante do processo de reprodução das condições de perpetuação dessa ordem societária excludente, dominadora e exploradora das capacidades humanas. A formulação do projeto profissional não tem se constituído tarefa fácil, tendo em vista as condições precárias de trabalho, mas o esforço torna-se essencial para atingir determinadas finalidades no âmbito profissional, institucional e social.

Vê-se, portanto, que o Serviço Social pode contribuir significativamente junto aos segmentos historicamente excluídos, mas, para isso, a perspectiva da prática profissional atrelada ao PEP “[...] não comporta construções ideais e objetivações condizentes com as relações sociais burguesas, com toda sua potencialidade de subjugar, expropriar e se apropriar das riquezas produzidas pelos trabalhadores” (FORTI; VALLE; MAURICIO, 2021 p. 36-37).

O compromisso com a classe trabalhadora requer uma compreensão ampla, que inclui as particularidades e diversidades dos sujeitos sociais, pois entre o universal e o particular encontra-se um campo de disputa de reconhecimento e de pertencimento etnicorracial, de gênero, de orientação sexual. O lugar a se ocupar na divisão social e técnica do trabalho revela a diversidade humana, mas, juntamente a esse processo, ocorre o acirramento da desigualdade no interior da própria classe. Por isso, é preciso aprofundar o debate para não incorrer em erros grosseiros,

PROMOÇÃO



APOIO

provenientes da reprodução de discursos vazios e estéreis acerca de questões tão caras para a sociedade brasileira (EURICO, 2018), que envolvem os direitos da classe trabalhadora.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, vê-se que a conjuntura atual exige dos/as profissionais de Serviço Social uma atuação crítica de enfrentamento à exploração econômica e as opressões de gênero e étnico-raciais, alinhada com as lutas democráticas e com a superação da sociedade burguesa. Requer, ainda, um esforço contínuo de atualização do conhecimento acerca do cenário político, econômico e social, a fim de que seja defendido inflexivelmente os direitos da classe trabalhadora de forma equânime e, assim, seja superado imediatismo na intervenção profissional. Na perspectiva de totalidade, lograr uma práxis profissional sintonizada com as demandas concretas da população usuária.

As entidades de representação da profissão constituem *lócus* importante para assistentes sociais se atualizarem e adquirirem orientações sobre projeto de trabalho profissional, visando respaldar as suas atuações com as bandeiras de luta, em particular no âmbito das opressões, para o fortalecimento do PEP.

Para tanto, é importante, também, que os/as profissionais de Serviço Social estejam em constante aproximação com as bases legais que orientam institucionalmente a profissão, a saber, o Código de Ética Profissional de 1993, A Lei de Regulamentação da Profissão de 1993 e as Diretrizes Curriculares de 1996, possibilitam o desenvolvimento progressivo do PEP no plano teórico, ético e ídeopolítico.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. L. Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho? In R. L. Antunes & R. Braga (Orgs.), **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual** (pp. 231-238). São Paulo, SP: Boitempo, 2009.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

ABRAMIDES, M. B. C. **O projeto ético-político do Serviço Social brasileiro: ruptura com o conservadorismo.** São Paulo: Cortez, 2019.

BARRETTO, E. S. **Identidades de Género en las series de televisión: una reflexión en torno a la Cultura de la Violencia.** Barcelona-Espanha, 2008. 398p. Tese doutoral do Programa de Doctorat "Periodisme i Ciències de la Comunicació".

BARROCO, M. L. S.; TERRA, S. H. **Código de Ética do/a Assistente Social.** São Paulo: Cortez; CFESS, 2012.

BONFIM, P. O autoritarismo nas relações sociais brasileiras: influência no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais. In: GUERRA, Y.; LEITE, J. L.; ORTIZ, F. G. (orgs.). **Temas contemporâneos em Serviço Social: uma análise de seus fundamentos.** Campinas: Papel Social, 2019.

BOSCHETTI, I. Agudização da barbárie e desafios ao Serviço Social. Revista **Serviço Social e Sociedade**, n. 128, p. 54-71, 2017.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de ética do/a assistente social - Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão.** - 10ª. ed. rev. e atual. Brasília: CFESS, 2012a.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **CFESS Manifesta: Seminário Nacional de Serviço Social e Direitos Humanos.** Palmas: CFESS, 2012b.

CISNE, M. **Gênero, divisão sexual do trabalho e Serviço Social.** 2 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

EURICO, M. C. A luta contra as explorações/opressões, o debate étnico-racial e o trabalho do assistente social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 133, p. 515-529, set./dez. 2018.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpo e acumulação Primitiva.** Rio de Janeiro. Editora Elefante, 2017.

FORTI, V.; VALLE, J.; MAURICIO, J. Projeto ético-político do Serviço Social: breves contribuições às polêmicas "interminadas" e/ou intermináveis. In: VASCONCELOS, A. M.; ALMEIDA, N. L. T.; VELOSO, R. (orgs.). **Serviço Social em tempos ultraneoliberais.** Uberlândia: Nevgando Publicações, 2021, p. 21-44.

IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** 4.ed. São Paulo: Cortez/CELATS, 1985.

LUKÁCS, G. **História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



MOTA, A. E.; AMARAL, A. Projeto Profissional e Projeto Societário. **Revista Inscrita**, Brasília, ano 8, v.12, novembro de 2009, p.49-55.

MIES, Maria. **Patriarcado y acumulación a escala mundial**. 1ed Editora Traficantes de sueños. Madrid, 2019.

PEREIRA, L. D.; SOUZA, A. C. V. de. Ensino Superior mercantilizado e seus impactos para o perfil profissional de Serviço Social. In: MOTTA, V. C.; PEREIRA, L. D. (Orgs). **Educação e Serviço Social**: Subsídios para uma análise crítica. Coletânea Nova de Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumen Juris Serviço Social, 2017.

NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-1964. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

SANTOS, J. S. **Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, P. G. Serviço Social e o Projeto Ético Político-Profissional: interlocução com o debate de gênero e sexualidade. In: Seminário Nacional: Serviço Social, Trabalho e Política Social, 4., 2022, **Anais do IV Seminário Nacional: Serviço Social, Trabalho e Política Social**. Florianópolis: 2022, p. 1-11.

SILVA ALMEIDA, M. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física. In: CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DO RIO DE JANEIRO. **Projeto ético político e exercício profissional em serviço social**: os princípios do código de ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais. Rio de Janeiro: CRESS RJ, 2013b, p. 136-148.

TEIXEIRA ALMEIDA, N. L. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero. In: CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DO RIO DE JANEIRO. **Projeto ético político e exercício profissional em serviço social**: os princípios do código de ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais. Rio de Janeiro: CRESS RJ, 2013a, p. 100-111.

PROMOÇÃO



APOIO

